

3.1 O imperialismo e a partilha afro-asiática (1890-1904)

Os novos impérios e suas rivalidades

A consolidação do II Reich, no plano diplomático, passava por uma política de isolamento da França, impedindo o revanchismo e estimulando este país a desenvolver uma política de grandeza fora da Europa, em direção ao mundo colonial (como forma de sublimar seu nacionalismo humilhado). Este conjunto de práticas ficou conhecido como Sistema Bismarckiano, e foi implementado através de uma hábil política de alianças que perdurou até 1890, com a queda do Chanceler. Iniciava-se um período de preponderância alemã na Europa, conduzindo ao progressivo declínio da política de equilíbrio de poderes estabelecida pela Grã-Bretanha.

Em 1872 Berlim articulou a Liga dos Três Imperadores, como uma aliança entre as *potências continentais*, Alemanha, Rússia e Império Austro-Húngaro, com o objetivo de isolar a França. Paralelamente, Bismarck procurava manter boas relações com Londres, mostrando-se como defensor do *status quo* no continente. Contudo, não era fácil manter dois Estados rivais sob uma mesma aliança. A eclosão da crise balcânica de 1875-78, antagonizando Rússia e Áustria, deixava a Alemanha numa posição delicada. O Congresso de Berlim (1878), no qual Bismarck teve

um papel preponderante, conseguiu preservar as relações entre as grandes potências.

Nos anos 80 o Sistema Bismarckiano sofreu considerável evolução. Como reação à invasão da Tunísia pela França (que iniciara seu rearmamento desde 1875), a Alemanha organiza em 1882 a Tríplice Aliança com a Áustria e a Itália, tendo a Romênia aderido no ano seguinte. A situação balcânica, porém, mantinha-se instável, devido ao choque do pangermanismo e do pan-eslavismo. Estes movimentos representavam, fundamentalmente, a forma ideológica da expansão austríaca (e posteriormente também alemã) e russa em direção ao Império Turco Otomano em desagregação. Em 1887, devido à crise búlgara, Bismarck tenta um novo acordo, assinando secretamente o Tratado de Resseguro com a Rússia e renovando ao mesmo tempo a Tríplice Aliança.

Durante a década de 1870 a Grã-Bretanha começou a perder o controle da balança de poder na Europa, e logo também no plano mundial. Bismarck tivera sucesso em isolar a França, e elevou a Alemanha a uma posição de predominância no velho continente, em relação ao qual a diplomacia inglesa mantinha-se em postura de isolamento. Mas sobre o sistema europeu existia uma política mundial protagonizada pela Grã-Bretanha e pela Rússia, onde logo a França ingressaria como o terceiro membro, e na qual a Alemanha desempenhava um papel insignificante. O *Novo Rumo* adotado pela política externa alemã dos su-

cessores de Bismarck a partir de 1890 constitui, justamente, uma tentativa de participar desta política mundial, atitude também tomada pelos Estados Unidos e pelo Japão neste mesmo período.

Que razões estavam levando as potências industriais a orientar-se rumo à expansão colonial mundial? A Grã-Bretanha, potência dominante do sistema anterior, começava perder sua capacidade de manter-se como centro da economia mundial e, devido ao crescente *déficit* comercial com os EUA e a Alemanha, adotara desde 1880 uma política de expansão na África, Ásia e Oceania, que ficou conhecida como *imperialismo*. A questão fundamental em relação ao sistema internacional é que a Segunda Revolução Industrial estava criando novas realidades econômicas internacionais, as quais começavam a subverter a relação existente entre as várias potências, que até agora havia sido controlada pela diplomacia inglesa. A partir de então a existência de um mercado interno de porte e com uma capacidade potencial de crescimento, passou a ser uma condição fundamental para o desenvolvimento econômico, num mundo onde crescia a concorrência e o protecionismo.

Neste contexto, os Estados Unidos apareciam como forte candidato à supremacia mundial, apesar das excelentes relações diplomáticas que o país possuía com a Inglaterra. Os EUA se haviam expandido pela América do Norte, criando um *império doméstico compacto*, detentor

de uma dimensão continental, com grandes recursos naturais, e uma posição insular, devido à inexistência de vizinhos que pudessem ameaçá-lo e a projeção para dois oceanos, que além de proteger o país, colocavam-no face ao cenário europeu e asiático, simultaneamente. Além disso, Washington adotou uma eficaz política comercial protecionista, fechando seu mercado interno às mercadorias estrangeiras, mas não aos capitais, imigrantes e empreendimentos de outros países. Este conjunto de fatores obviamente operava no sentido de uma erosão do liberalismo, prejudicando a Inglaterra, cuja reação era a de buscar a expansão colonial.

Já o caso da Alemanha configurava-se mais problemático ainda. Potência emergente com grande dinamismo econômico, o II Reich não possuía as vantagens internas dos EUA, e teria que vencer uma larga distância para alcançar a Grã-Bretanha na expansão colonial que se iniciava. Só restou-lhe a alternativa de criar um complexo industrial-militar, como forma de compensar suas debilidades (Arrighi, 1995, p. 61). Isto, entretanto, não resolveu seus problemas, pois o país passou de tributário da Inglaterra a tributário dos Estados Unidos, a quem exportava capitais, mão de obra e recursos empresariais. Esta situação explica a obsessão alemã com a política expansionista do *Lebensraum* (busca do espaço vital), uma vez que o país não lograva converter sua capacidade industrial em cacife para liderar a economia mundial. O resultado foi o desen-



volvimento de uma geopolítica particular pela Alemanha, com será visto adiante.

Em relação à política continental, os sucessores de Bismarck optaram por estreitar seus vínculos com a Áustria, deixando espaço para uma aproximação entre a França e a Rússia. Os investimentos franceses na economia russa criaram as condições para a assinatura de um acordo militar secreto, de caráter defensivo, contra a Tríplice Aliança. É importante lembrar que a aliança franco-russa criava uma ameaça para a Alemanha em suas fronteiras oeste e leste, simultaneamente. Outro aspecto fundamental a destacar é que este acordo terminava com o isolamento da França e restabelecia uma forma de equilíbrio europeu. A partir deste momento, as potências europeias passaram a buscar a expansão colonial através do imperialismo, e a política de alianças passou a resultar principalmente de eventos extraeuropeus.

O imperialismo e a expansão colonial

O termo imperialismo foi definido pelo economista inglês Hobson, num livro lançado em 1902. Seu estudo teve o mérito de demonstrar o caráter econômico do fenômeno imperialista, bem como que a existência de excedentes de capitais para exportação nas metrópoles, era uma decorrência da falta de distribuição de renda. O trabalho pioneiro de Hobson foi desenvolvido posteriormente

por Lênin no livro *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Para este revolucionário marxista russo, o imperialismo caracterizava-se por uma concentração da produção e dos capitais, que conduziam aos oligopólios, à fusão do capital bancário e industrial, gerando o capital financeiro, à exportação de capitais, à associação dos grandes monopólios econômicos, que repartiram o mundo e, finalmente, à conquista e divisão dos territórios periféricos pelas grandes potências, criando imensos impérios coloniais.

As sociedades metropolitanas justificavam ideologicamente a conquista e dominação dos povos coloniais através de teorias como o darwinismo social, que concebia a existência como uma luta pela sobrevivência (onde os fortes predominam), pela consciência de uma missão civilizadora da raça branca e pelas teorias da superioridade racial. Além disso, o nacionalismo teve um papel fundamental na expansão imperialista, encontrando suporte em autores como Nietzsche e sua tese da “vontade de potência” das nações. A política colonialista foi defendida por políticos e intelectuais como Jules Ferry na França, Disraeli e Joseph Chamberlain na Inglaterra, Leopoldo II na Bélgica, Guilherme II na Alemanha e Theodore Roosevelt nos Estados Unidos.

Além de invocar os argumentos acima esboçados, estes e outros defensores da expansão imperialista justificavam que esta era necessária à elevação do nível de vida das classes trabalhadoras metropolitanas. Esta tese, inclusive,



acabou convencendo muitas lideranças operárias a apoiar o expansionismo de seu país, criando assim interesses comuns com as burguesias nacionais. Era o fenômeno do social-patriotismo, que viria a implodir a II Internacional em 1914.

No início deste processo a principal rivalidade internacional opunha a Grã-Bretanha e a Rússia, na região que ia desde os estreitos turcos até a Ásia central. O império russo expandia-se para esta área por terra, incorporando partes dos decadentes impérios turco, persa e outros, enquanto a expansão britânica dava-se a partir do oceano e da Índia. A crescente gravidade dos problemas europeus levou ambos os países a chegar a um acordo, dividindo a região em áreas de influência. Enquanto isto, a corrida colonial acelerava-se. A Europa possuía bases e enclaves litorâneos, de onde foi desencadeada a conquista do interior dos continentes.

Desde a segunda metade do século XIX, missionários religiosos e expedições de exploração científica penetravam para o interior dos continentes, particularmente a África. Exploradores como Livingstone, Speke, Brazza, Burton e Stanley, geralmente financiados por sociedades geográficas, por mais idealistas que fossem, objetivamente abriam caminho para as potências colonialistas, na medida em que elaboravam um inventário dos povos e dos recursos naturais das regiões a serem conquistadas. A partilha da África resultou numa disputa particularmente acirrada entre os Estados europeus, obrigando-os a esta-

belecer algumas regras comuns, o que foi conseguido na Conferência de Berlim em 1885.

No norte do continente africano, a realidade dominante era o gradual recuo do Império Turco Otomano ao longo do século XIX e início do século XX. No restante do continente o fim do tráfico de escravos para o Ocidente (mas não para o Oriente) gerou forte marginalização em relação aos circuitos comerciais internacionais durante o século XIX, mantendo-se no interior impérios tribais de caráter despótico e tributário. Havia Estados islâmicos como o Sudão e Zanzibar, o qual sobrevivia com o tráfico de escravos para o Oriente e o comércio no Oceano Índico.

O Reino cristão da Abissínia (atual Etiópia) conservou sua independência em relação aos árabes e italianos, que fracassaram em sua conquista, e a Libéria representava um curioso fenômeno de país criado por ex-escravos norte-americanos. O canal de Suez, por sua vez, foi construído entre 1859 e 1869 por um consórcio, num Egito dominado pela França e Inglaterra, interligando o Ocidente e o Oriente através de uma nova rota mais lucrativa de navegação. No sul do continente, onde foi encontrado ouro e diamantes, os colonos *Boers* (de origem holandesa) migravam para o interior, fundando repúblicas independentes. A perseguição britânica levou à guerra anglo-boer de 1899-1902, que consolidou o poder de Londres na rica e estratégica região.

A conquista dos imensos territórios coloniais foi possível graças à superioridade militar, econômica e tecnológi-



ca dos europeus, e foi obtida pela guerra e pela exploração das rivalidades existentes entre os povos destas regiões. Civilizações inteiras foram destruídas, com suas populações sendo reduzidas à apatia, e alguns grupos foram praticamente exterminados. Em muitos lugares houve intensa resistência, raramente bem-sucedida em longo prazo. Do ponto de vista macro-histórico é importante considerar que este fenômeno produzia uma espécie de *ocidentalização do mundo*, às vezes superficial, outras vezes profunda. Também convém salientar que a dinâmica do desenvolvimento social e nacional destas regiões ficava abafada, pelo menos momentaneamente. Contudo, as administrações coloniais criaram redes de infraestrutura, saneamento e introduziram modernas estruturas econômico-sociais em algumas áreas conquistadas, obviamente na tentativa de maximizar a exploração econômica destas.

Há também outro problema importante a destacar. A dinâmica imperialista poucas vezes obedecia a um cálculo de custo-benefício de curto prazo. A maioria das colônias era deficitária inicialmente, o que levou grupos conservadores metropolitanos a opor-se ao imperialismo, com a finalidade de equilibrar o orçamento doméstico. Contudo, isto não significa que a expansão das potências da época tenha constituído um fenômeno irracional ou apenas motivado por uma política de prestígio. A concorrência entre os polos desenvolvidos havia adquirido tal intensidade, que era necessário preparar o futuro. Não

ocupar uma região por ser relativamente pobre, era deixar espaço para outra potência, que posteriormente poderia aí descobrir recursos importantes.

Assim, a motivação econômica era um elemento decisivo *em última instância*, decorrente estruturalmente das necessidades da Segunda Revolução Industrial, e não um objetivo imediatista. Por isso um país como a Alemanha, apesar das poucas colônias, constituía uma potência mundial, na medida em que possuía uma indústria expressiva, um comércio de âmbito mundial, capacidade de exportar capitais e um exército forte. Mas como o desenvolvimento histórico posterior viria a demonstrar, com o crescente protecionismo mundial, a Alemanha acabaria tendo que conquistar um império colonial expressivo ou lograr outra forma de expansão territorial.

A expansão da Grã-Bretanha gerou rivalidades que a forçaram a abandonar seu isolamento e a buscar alianças na Europa. No Pacífico, Londres se inquietava com a crescente presença norte-americana através da diplomacia do dólar e de sua política de *portas abertas* na China; na África, a França conquistara a Tunísia, e procurava controlar o Alto Nilo, o que produziu o incidente de Fachoda, sendo que Londres teve também que travar uma dura guerra contra os *Boers* sul-africanos de 1899 a 1902; no continente asiático, a rivalidade com a Rússia foi sempre um motivo de preocupação. Assim, a Inglaterra procurou aproximar-se da Alemanha (com a qual ainda não possuía litígios) visando



compensar a aliança franco-russa. Mas a crescente rivalidade comercial e a decisão alemã de ampliar seu poderio naval inviabilizaram este acercamento. O Kaiser Guilherme II definira como princípio “a política mundial como missão, a potência mundial como meta e o poderio naval como instrumento”. Londres então se voltou para a França, com a qual negociou e solucionou as rivalidades coloniais no Marrocos e no Egito.

Este acercamento, entretanto, apresentava problemas, pois a Inglaterra era contrária à política russa nos Balcãs. Mas quando a Alemanha passou a colocar-se como protetora da integridade turca, Londres e São Petersburgo (então capital do império russo) encontraram um terreno comum de cooperação, ao menos em relação à *Questão do Oriente*. As crescentes disputas nesta região evidenciavam a tentativa de expansão geoeconômica em direção a uma área que ganhava importância com a exploração do petróleo. Já no tocante à *Questão do Extremo Oriente*, a Grã-Bretanha se opunha à presença russa na região, e apoiava o Japão, que despontava como potência imperialista regional, após derrotar a China em 1895 e arrebatar-lhe Formosa e a Coreia. A China, aliás, era um dos pontos sensíveis da política mundial da época, pois com a decadência da Dinastia Manchu, o país sofreu desmembramentos com os *Tratados Desiguais* e ainda enfrentou a Revolta dos Boxers, que só foi derrotada graças à intervenção conjunta das potências imperialistas.

O cenário internacional da época passou a caracterizar-se pela existência dos: a) antigos impérios coloniais de épocas anteriores, como os da Espanha (Filipinas e Cuba), Portugal (Angola, Moçambique e enclaves asiáticos) e Holanda (Indonésia e Guiana Holandesa), que sobreviveram e ampliaram-se (geralmente sua exploração era compartilhada por outras potências ou empresas estrangeiras, especialmente inglesas); b) grandes impérios coloniais da Inglaterra (o maior de todos, com o Canadá, Caribe, grande parte da África, Índia, Austrália, Nova Zelândia, ilhas do Pacífico, Malásia) e da França (África Ocidental, Madagascar, Caribe, Indochina e ilhas do Pacífico); c) novos impérios da Bélgica (Congo), Alemanha (partes da África e ilhas da Oceania), Itália (trechos da África muçulmana), e do Japão (Formosa, Coreia e ilhas da Oceania), país que passou de uma condição “continental” (voltado para dentro), para uma posição “oceânica” (voltado para fora); impérios continentais, de expansão em territórios contíguos como a Rússia e os Estados Unidos.

Este país, que já havia conquistado posições importantes no Pacífico e estava presente na Bacia do Caribe, fez sua entrada triunfal na política mundial em 1898. Neste ano, os EUA entraram em guerra com a Espanha, arrebatando-lhe Cuba, Porto Rico e Filipinas. Os dois últimos tornaram-se territórios coloniais norte-americanos e Cuba uma espécie de semicolônia, frustrando as aspirações dos grupos que lutavam pela independência nestas posses-



sões espanholas, quando ocorreu a invasão americana. Em 1903 Washington promoveu a independência do Panamá em relação à Colômbia, onde anexaram a área em que se encontravam interrompidas as obras do canal transoceânico, que os EUA concluíram e inauguraram em 1914. As Filipinas eram estratégicas para a presença norte-americana na Ásia, dando maior consistência à política de *portas abertas* em relação à China.

A diplomacia europeia, no início deste período, não estava subordinada a um sistema político global, pois as regras do livre comércio haviam perdido sua eficácia como elemento regulador das relações internacionais. Contudo, da interação das políticas europeias e extraeuropeias surgirá um conjunto de práticas características da era imperialista. A maioria dos antagonismos surgidos nesta época geralmente foi solucionada de forma pacífica entre as potências imperialistas, mas através de uma política preventiva de demonstração de força. Seria apenas uma questão de tempo para que as boas maneiras diplomáticas cedessem lugar a um confronto aberto, quando as possibilidades de resolver os problemas através da expansão colonial terminassem. Neste contexto, em 1904 o acordo entre a Grã-Bretanha e a França para resolução das disputas sobre o Egito e o Marrocos lançaram as bases da *Entente Cordiale*. Contudo, no âmbito diplomático e do Direito Internacional, Londres ainda não assumira compromissos formais, o que só se daria com a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

A emergência dos EUA e a América Latina

Os Estados Unidos, que já haviam conquistado posições importantes no Pacífico e estavam presentes na Bacia do Caribe, fizeram sua entrada triunfal na política mundial em 1898. Neste ano, entraram em guerra com a Espanha, transferindo para seu controle Cuba, Porto Rico e Filipinas. Os dois últimos tornaram-se territórios coloniais norte-americanos, e Cuba, uma espécie de semicolônia, frustrando as aspirações dos grupos que lutavam pela independência nestas possessões espanholas quando ocorreu a invasão americana. Em 1903 Washington, agindo através de dissidentes panamenhos emigrados, promoveu a independência do Panamá em relação à Colômbia, anexando a área em que se encontravam interrompidas as obras do canal transoceânico, concluindo-o e inaugurando-o em 1914. As Filipinas eram estratégicas para a presença norte-americana na Ásia, dando maior consistência à *política de portas abertas* em relação à China.

Quanto ao Caribe, por sua vez, transformava-se no *mare nostrum* estadunidense, controlando a passagem marítima do Atlântico para o Pacífico, e abrindo caminho para a expansão econômica que se iniciava em direção à América do Sul. No subcontinente sul-americano os Estados Unidos apoiavam-se numa “aliança não escrita” (expressão de Bradford Burns) com a recém-proclamada república brasileira, como forma de penetração comercial

e financeira, com a qual esperavam contrabalançar a presença econômica inglesa, principalmente na Argentina.

Em relação à América Central e aos países mais fracos do continente, valia o *Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe*, ou *big stick*, o “grande porrete” com o qual o presidente Ted Roosevelt impunha os interesses *yankees*. A rapidez com que emergiu a nova política exterior norte-americana deveu-se tanto às dimensões alcançadas pela economia deste país, que precisava projetar-se para fora, como também à preocupação dos Estados Unidos em relação à presença de enclaves europeus no Caribe, na América Central e nas Guianas. Estes poderiam vir a servir de cabeça de ponte para o estabelecimento de impérios coloniais europeus na região, tendo em vista a debilidade da maioria dos Estados latino-americanos de então. A Amazônia foi uma das regiões que, com o ciclo da borracha, correram este risco.

A América Latina, no início do século, possuía uma economia primário-exportadora, com Estados Nacionais recém-consolidados. Apesar da existência de enclaves coloniais na América Central e no Caribe e da ascendência da economia europeia sobre a região, esta constituía uma área de países independentes e ocidentalizados. Gradativamente, contudo, a penetração norte-americana estava subordinando a região e desalojando os interesses europeus, do norte para o sul. As Conferências Pan-Americanas, as intervenções na Bacia do Caribe (Cuba,

Porto Rico, Nicarágua, Haiti e Panamá) e a “aliança não escrita” com o Brasil (mútuo apoio não declarado entre os dois países na política continental, articulada pelo Barão do Rio Branco) eram os instrumentos de tal política. Dela resultou a sujeição de Cuba, o controle sobre o canal do Panamá, o estabelecimento de bases militares e a instalação de regimes ditatoriais que garantiam os interesses das companhias dos Estados Unidos no *mare nostrum* norte-americano.

Na América do Sul, o Brasil encontrava-se no auge da monoexportação agrícola e de um sistema federativo liberal-oligárquico que procurava disputar a supremacia regional com a Argentina. A região andina, por sua vez, vivia uma situação de agitação social e instabilidade política, alternada com regimes ditatoriais, e uma limitada presença na economia mundial, fenômeno agravado pela constituição dos impérios coloniais europeus. A área de maior importância era o Cone Sul, onde o Chile, o Uruguai e, principalmente, a Argentina encontravam-se fortemente vinculados à economia europeia, especialmente a inglesa.

Esses países eram receptores de capitais e imigrantes europeus, principalmente italianos, e atravessavam uma etapa de forte expansão das exportações de trigo e carnes frigorificadas, além da modernização das cidades, dos transportes e das instituições políticas (sufrágio universal). A eleição de Battle y Ordoñez em 1903 no Uruguai, de Irigoyen em 1911 na Argentina e de Alessandri em 1920 no

